

Um balanço da política de cotas, por Rosana Heringer

Quais os motivos, as justificativas e os resultados das políticas de ação afirmativa no contexto brasileiro? O que mudou no panorama do ensino superior público após a implementação da chamada lei de cotas? Estudos mostram que, após seis anos de implementação das cotas para o acesso ao ensino superior, a 'cara' da universidade pública no país mudou: está mais negra, mais indígena, mais popular, mais diversificada.

[\(Ciência Hoje, 31/10/2018 - acesse no site de origem\)](#)

Em 2001, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou dados sobre o acesso ao ensino superior no Brasil, mostrando que apenas 2,2% dos jovens pretos e 3,6% dos jovens pardos frequentavam faculdades e universidades. Esses dados confirmavam uma informação que já era conhecida pela sociedade brasileira; principalmente, por aqueles que frequentavam o ambiente universitário: o sistema de ensino superior no país era majoritariamente branco, elitizado, com a maior parte dos seus estudantes vinda de escolas particulares.

Tanto sob o aspecto da justiça e equidade social quanto do ponto de vista do desenvolvimento científico e tecnológico do país, esses dados eram inaceitáveis. Naquele momento, muitos ativistas do movimento negro trouxeram, com ainda mais força, a bandeira da democratização do acesso à educação superior no país, sobretudo às universidades públicas federais, conhecidas pela sua qualidade e seletividade. O movimento negro foi precursor dessa importante demanda e, na sequência, ganhou a adesão de outros grupos sociais engajados na luta pelo direito à educação, entre eles o Movimento dos Sem Universidade (MSU). Como parte dessas lutas, conquistou-se a adoção das cotas em mais de 100 instituições públicas de educação superior entre 2001 e 2012.

Mas, o que são as cotas, afinal?

As cotas são reservas de um percentual de vagas em um processo seletivo

-pode ser no acesso ao ensino superior, em um concurso público etc. — para pessoas pertencentes a grupos historicamente discriminados em uma determinada sociedade.

As cotas são a modalidade mais conhecida das chamadas políticas de ação afirmativa, que vêm sendo adotadas em dezenas de países desde a década de 1950. O primeiro país a adotar ações afirmativas foi a Índia, visando ampliar as oportunidades para os grupos mais discriminados da sociedade indiana, popularmente conhecidos como pertencentes às castas inferiores.

O exemplo internacionalmente mais notório de adoção desse tipo de política são os Estados Unidos (EUA). Com uma história marcada pela escravidão, segregação racial e enormes desigualdades raciais, a população afro-americana mobilizou-se fortemente pelos seus direitos, conquistando a aprovação da Lei dos Direitos Civis em 1964.

Com parte da implementação desses direitos, passaram a ser desenvolvidas políticas de ação afirmativa para a população negra nos EUA a partir de 1965. Em casos de extrema segregação racial, foram adotadas cotas para garantir maior presença numérica de afro-americanos em instituições como universidades e órgãos públicos.

Polêmicas e controvérsias

Tanto nos EUA quanto no Brasil, bem como em outros países onde essas políticas foram implantadas, as ações afirmativas sempre foram alvo de polêmicas e controvérsias. Não existe consenso sobre a adoção dessas políticas. Muitos discordam dos critérios para sua implementação. Costumam existir dúvidas sobre se os grupos definidos como beneficiários realmente ‘merecem’ ou ‘necessitam’ dessas ações. Questiona-se se haveria privilégio em beneficiar um grupo e não outro. Também se pergunta se essas políticas não desprezariam o mérito e o esforço de cada um.

A nosso ver, todas essas controvérsias se originam na falta de consenso, nas diferentes sociedades, sobre os critérios de justiça social, sobre quais grupos têm direito à educação e sobre quais são os efeitos da discriminação nas oportunidades dos indivíduos.

A ação afirmativa, cuja principal expressão no país são as cotas, fundamenta-se na compreensão de que pessoas negras sofreram historicamente maior discriminação na sociedade brasileira e, portanto, precisam, devem e merecem ser apoiadas a fim de ampliar suas oportunidades, como no acesso à educação.

O mesmo entendimento foi estendido aos indígenas, às pessoas com deficiência, aos estudantes que vêm de escolas públicas no ensino médio e aos estudantes de famílias mais pobres. Voltamos a destacar que foi o movimento negro que liderou a luta por essas políticas e que apenas posteriormente esses outros critérios foram adotados na implementação das mesmas.

Do ponto de vista dos critérios para definição dos beneficiários das políticas de ação afirmativa, a maior crítica é à utilização do critério racial, beneficiando os estudantes negros (que se autodeclaram pretos e pardos nas pesquisas sobre classificação racial). Muitas pessoas, principalmente as brancas, consideram que o Brasil é um país miscigenado, em que essas fronteiras raciais não podem ser estabelecidas. Portanto, não se poderia definir quem é negro.

Outros afirmam que o grande problema do país é a desigualdade social e a pobreza, e que, se as cotas adotassem apenas o critério de renda, os negros também seriam beneficiados. Há ainda os que afirmam que a adoção das cotas raciais parte de um pressuposto de que os negros não teriam capacidade, o que levaria, inclusive, a uma baixa autoestima dos mesmos e ao aumento do sentimento de inferioridade.

O que dizem as pesquisas

Buscando responder, ao menos em parte, essas questões, consideramos importante trazer evidências de pesquisas, como a do sociólogo argentino Carlos Hasenbalg, de 1988, que apontam que, mesmo quando há crescimento econômico e redução das desigualdades sociais, a população negra ainda fica em desvantagem.

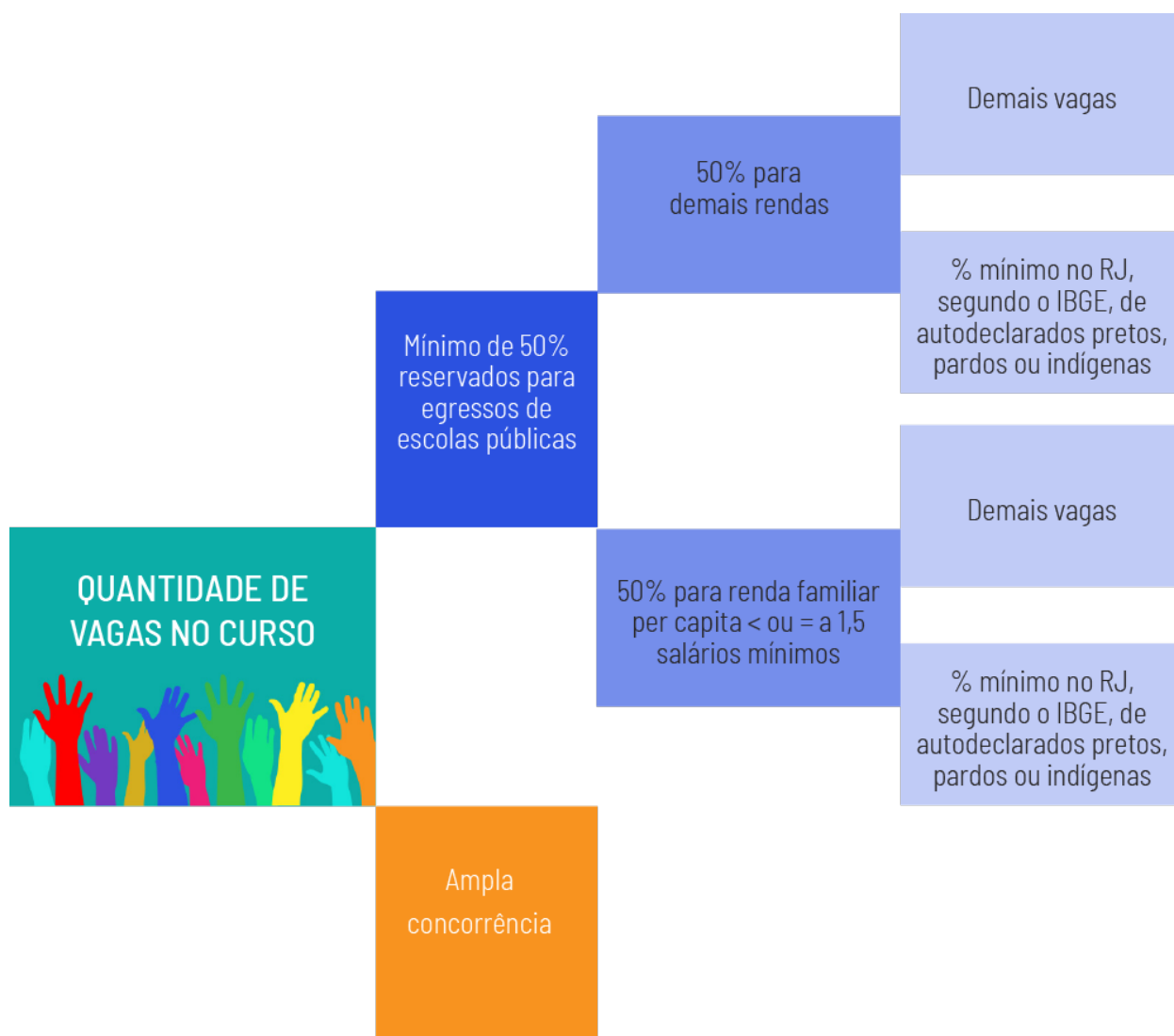
Outros fatores, como a discriminação racial e o preconceito, incidem na

situação da população negra, reduzindo suas oportunidades. Por essa razão, é importante a adoção das políticas de ação afirmativa direcionadas à população negra.

Também afirmamos e enfatizamos que já se sabe há décadas, sobretudo a partir dos estudos no campo da genética, que as diferenças raciais são exclusivamente ligadas à aparência e superficiais, e não correspondem a nenhuma diferença em termos de capacidade ou inteligência. Entretanto, sabemos também que, em função do preconceito, discriminação e desigualdades raciais na sociedade brasileira, a população negra tem suas oportunidades limitadas. Por isso, a ação afirmativa é importante, ao menos de forma temporária.

A nova paisagem

Em 2012, após uma tramitação de uma década no Congresso Nacional, foi aprovada a Lei 12.711, que determina a reserva de 50% das vagas nas instituições de ensino federais e nos colégios federais para alunos de escola pública, de menor renda, pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência, distribuídas de forma combinada.



Distribuição das vagas reservadas pela Lei 12.711 nas instituições de ensino federais e nos colégios federais para alunos de escola pública, de menor renda, pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência.

Fonte: KLITZKE, Melina Kerber, 2018. Há tendência de democratização do acesso a cursos de prestígio na UFRJ? Análise com base no perfil dos ingressantes - 2013-2016. Dissertação (Mestrado em Educação), UFRJ.

Após seis anos de implementação dessas cotas, podemos afirmar que a ‘cara’ das universidades públicas brasileiras mudou: está mais negra, mais indígena, mais popular, mais diversificada. Os estudantes que entram por meio das cotas têm, em geral, desempenho semelhante ao dos não cotistas, com pequenas variações que não impedem seu sucesso acadêmico. Abaixo aponta-se as mudanças ocorridas ao longo de mais de uma década em termos de matrículas.

TAXA LÍQUIDA DE MATRÍCULAS POR RAÇA/COR - BRASIL - 2001 - 2014													
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013	2014
Branco	14,5	15,8	17,2	16,5	17,5	19,7	20,2	20,8	21,6	21,3	22,4	23,6	25,3
Pretos	2,2	3,2	4,3	4,8	6,3	6,5	6,4	7,5	7,5	7,9	8,2	10,2	11,4
Pardos	3,6	4,0	4,7	5,2	5,7	6,5	7,2	7,9	8,8	9,7	10,3	11,2	12,1

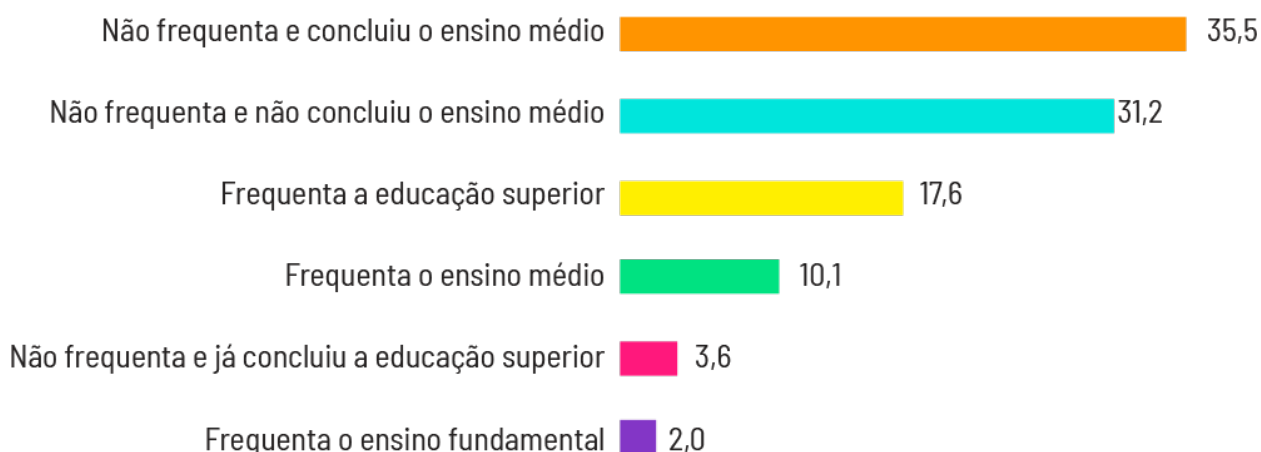
TAXA LÍQUIDA DE MATRÍCULAS POR LOCALIDADE - BRASIL - 2001 - 2014													
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013	2014
Urbana	10,6	11,5	12,7	12,6	13,3	14,9	15,3	15,9	16,6	16,6	17,4	18,3	19,6
Rural	1,3	1,7	1,6	1,7	2,2	2,4	3,1	3,4	4,3	4,1	4,4	6,1	5,9

Taxa líquida de matrículas por raça/cor no país, de 2001 a 2014, e taxa líquida de matrículas por localidade no país, no mesmo período. Fonte: IBGE/PNAD

Os problemas relacionados à desigualdade educacional e ao acesso à universidade estão resolvidos? Não!!!

Um dos problemas enfrentados pelos estudantes cotistas é se manterem financeiramente, assim como sua permanência na universidade. Embora os recursos federais para a assistência estudantil tenham crescido entre 2008 e 2014, passando de R\$ 101 milhões para R\$ 742 milhões nesse período, eles são insuficientes para garantir auxílio financeiro e outros benefícios para todos os que os necessitam.

Outra dificuldade enfrentada é a baixa qualidade da educação básica, fazendo com que muitos estudantes não consigam aprovação no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e muitas vezes nem tentem participar das provas, seja por uma autosseleção, ou mesmo por terem abandonado a escola e não terem concluído o ensino médio. Esta ainda é uma realidade observada no país.



Distribuição da população de 18 a 24 anos por condição de frequência à escola e etapa de ensino no país em 2014. Fonte: IBGE

Como se pode observar, este debate é amplo e virtualmente impossível de concluir. Lembramos, por fim, que é importante acompanhar os efeitos e resultados dessas políticas, e esperamos que um dia as mesmas não sejam mais necessárias, uma vez que, nesse cenário, todos teriam as mesmas oportunidades de escolha.

Diante dos desafios aqui apresentados, é muito importante que a sociedade brasileira continue debatendo as políticas de ação afirmativa, e que os resultados das medidas que vêm sendo implementadas possam ser conhecidos e compreendidos pelo conjunto da população e, principalmente, por aqueles que podem vir a ser beneficiados com tais medidas.

Por Rosana Heringer, *Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro*

Saiba mais: [Um Balanço de 10 Anos de Políticas de Ação Afirmativa no Brasil, Rosana Heringer](#)

Conselho da UFABC aprova política de cotas para pessoas transgêneras

Próximo edital para vestibular garantirá 32 vagas para trans

[\(CartaCapital, 23/10/2018 - acesse no site de origem\)](#)

O Conselho Universitário da UFABC Universidade Federal do ABC decidiu nesta terça-feira 23 adotar políticas de cotas para pessoas transgêneras. A votação se consolidou com 32 conselheiros favoráveis e 2 abstenções. No próximo edital, 1,5% das vagas serão destinadas a essas pessoas, com um total de 32 oportunidades.

O Conselho deixou em aberto uma reavaliação no futuro em relação às quantidades de vagas destinadas à população trans. “A avaliação da porcentagem podemos a qualquer momento que seja 5, 10, 15%. Esse é meu entendimento”, explicou Dácio Roberto Matheus, presidente do ConsUni.

“Acho importante que a universidade do século 21 sempre olhe para frente, sempre crie horizontes para que q novas pessoas possam estudar e criar as pesquisas que tanto sentimos falta”, justificou Bruno Rodrigues, um dos conselheiros.

“As cotas realmente não vão resolver os problemas da sociedade, mas vão dar uma resposta aos problemas sociais. Talvez não salvem a vida de todas elas, mas algumas delas podem ter um futuro, um caminho aqui, para que algumas delas não morram na marginalidade como tem acontecido”, completou.

No final de setembro, o Conselho de Graduação havia aprovado a proposta de política de cotas para transgêneros. Faltava apenas o aval do Conselho Universitário.

Apenas outras duas universidades brasileiras - Universidade Estadual da

Bahia (UEB) e a Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB) - oferecem cotas para trans em cursos de graduação. Há reservas na pós-graduação em outras universidades.

‘Para mudar as cotas no Brasil será preciso mudar a Constituição’, afirma diretor da ONG Educafro

Para diretor da ONG Educafro e defensor das cotas raciais nas universidades, decisão de Trump dará visibilidade à conquista no Brasil

[\(O Estado de S. Paulo, 04/07/2018 - acesse no site de origem\)](#)

1. A decisão de Donald Trump pode ter impacto sobre a legislação brasileira?

Tivemos hoje (terça-feira, 3) uma reunião com juristas e militantes para discutir essa atitude de Trump. A nossa vitória (das cotas no Brasil) não foi de esquina. Foi uma vitória obtida na Câmara e no Senado em debates com deputados e senadores. A democracia exige votos e o voto definiu que a cota no Brasil é constitucional. E para não ter nenhuma dúvida, nós recorreremos ao Supremo Tribunal Federal, que definiu que para mudar as cotas será preciso mudar a Constituição do Brasil.

2. A decisão pode dar força aos movimentos que se opõem às cotas no País?

Temos certeza de que os movimentos contra cotas vão usar muito esse debate, mas para nós vai ser melhor ainda. Vai fazer que todo o sucesso das

cotas venha à tona. No Brasil, temos dezenas de universidades que já fizeram pesquisas sobre cotas. E todas elas estão provando que as cotas trouxeram grandes resultados. Não só para o povo negro. Portanto, é uma política pública consolidada de sucesso e integradora.

3.O presidente americano tem ferramentas para colocar em prática esse recuo nas cotas?

Ele não tem. Ele mandou fazer um levantamento de todas as universidades que, usando de sua autonomia universitária, adotaram algum plano de inclusão de negros e, em seguida, com um decreto, ele suspendeu essas ações das universidades. Isso é uma interferência doentia no mundo acadêmico. Temos certeza de que os reitores e os professores universitários vão reagir, que o Congresso americano, que é muito mais honesto do que o presidente, também vai reagir.

Siglas questionam cota de recursos para candidatas nas eleições 2018

Partidos querem concentrar repasse de dinheiro público em candidaturas femininas a vice ou de suplente parlamentar; técnicos do TSE veem tentativa de 'driblar' regra

[\(O Estado de S. Paulo, 28/06/2018 - acesse no site de origem\)](#)

Obrigados a aplicar 30% do dinheiro público recebido pelo Fundo Especial de Financiamento de Campanha em candidaturas femininas, dirigentes de partidos iniciaram consultas à Justiça Eleitoral sobre critérios para cumprir a “cota das mulheres” nas eleições 2018. Um dos questionamentos sobre o chamado fundo eleitoral é se as siglas podem aplicar os recursos em

campanhas de candidatas que ocuparão postos secundários, a exemplo de vice-governadoras e de primeira ou segunda-suplente de senador.

A hipótese é vista por técnicos do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) como uma forma de tentar driblar a regra de gênero porque o dinheiro poderá favorecer um candidato homem a governador ou senador, ocupante da cabeça de chapa.

A norma tem por objetivo ampliar a representação de mulheres em cargos eletivos. Com base em uma decisão do Supremo Tribunal Federal, que, em março, determinou que 30% dos recursos do Fundo Partidário (R\$ 888 milhões em 2018) fossem aplicados para fomentar a representação feminina, o TSE decidiu no mês passado que a regra vale também para o fundo eleitoral – formado por recursos públicos e orçado em R\$ 1,7 bilhão.

Nos últimos dias, a disputa interna nos partidos pelo dinheiro dos fundos se intensificou. Tesoureiros e presidentes de legendas foram pressionados por políticos com mandato e articularam, sem sucesso, uma forma de derrubar a validade da cota das mulheres e adiá-la para 2020, ano de eleições municipais.

Havia simpatia à ideia na cúpula do PP, Solidariedade, PSD e PSDB, entre outros. O PT avisou que faria oposição. Uma saída seria um decreto legislativo sustando a incidência da regra dos 30% neste ano, mas a cúpula do Congresso resistiu, por dúvidas jurídicas e possível reação negativa na opinião pública.

Alguns partidos optaram por consultar o TSE para saber como aplicar os recursos. Outros encomendaram estudos a advogados e preparam questionamentos jurídicos e só depois vão decidir a que candidatas repassar o dinheiro. Os dirigentes argumentam que a decisão do TSE, de maio, ocorreu após a janela de migração de parlamentares e do prazo de filiação para a disputa do pleito, encerrados em março. Por isso, teriam agora dificuldades em buscar candidatas viáveis. As parcelas do fundo eleitoral não usadas devem ser devolvidas ao erário.

A decisão do TSE, na prática, reservou R\$ 515 milhões do fundo eleitoral

para candidatas em 2018. Segundo levantamento do *Estadão Dados*, do total de recursos disponíveis, as legendas, em média, terão de repassar às mulheres 140% mais nestas eleições do que o fizeram em 2014.

Controle. A tendência é de que as direções nacionais controlem a aplicação da cota feminina, transferindo diretamente o dinheiro às candidatas. O PSD, por exemplo, vai distribuir a mulheres R\$ 33,6 milhões dos R\$ 112 milhões a que tem direito.

Dos R\$ 185,8 milhões do PSDB, R\$ 55,7 milhões serão destinados às mulheres - quantia superior à reservada para as campanhas a governador e senador, presidente e deputados (R\$ 43,3 milhões cada). A presidente do PSDB Mulher, deputada Yeda Crusius, disse que se considera a “dona do cofre”, apesar de a conta de movimentação da verba do fundo eleitoral ser administrada pela direção nacional - o presidentiável Geraldo Alckmin e o tesoureiro Silvio Torres. “O partido dá a nós total autonomia para estabelecer critérios. Será um trabalho conjunto”, disse Yeda.

O presidente do PSB, Carlos Siqueira, pediu que até dia 16 de julho os dirigentes locais aumentem o número de candidatas nas suas listas e reduzam o de homens. O PSB terá R\$ 118 milhões do fundo eleitoral e vai destinar R\$ 35,4 milhões para candidaturas femininas.

A senadora Vanessa Grazziottin (PCdoB-AM), uma das autoras da consulta ao TSE, disse que a movimentação dos partidos ocorre porque “finalmente caiu a ficha”. “É uma clara tentativa deles de driblar, porque eles não têm (candidatas) mulheres. Antes tem que fazer base, abrir a casa para elas participarem”, afirmou.

Preocupação do TSE é de que dinheiro da cota feminina seja repassado a ‘candidatas laranjas’

Técnicos do TSE já veem tentativas de desvirtuar a cota feminina. O espírito da lei, argumentam, é que o dinheiro sirva para fomentar candidaturas de mulheres e ampliar sua participação em cargos eletivos, considerada baixa no País.

Uma preocupação é que o dinheiro seja repassado a “candidatas laranjas”,

sem densidade eleitoral, escolhidas apenas para cumprir a cota de gênero nas chapas proporcionais.

Outra hipótese é que o dinheiro seja dado a mulheres que compõem chapas majoritárias, como vice ou suplente - questão alvo da consulta dos partidos no TSE. A Justiça Eleitoral admite dificuldades na fiscalização da determinação.

Felipe Frazão, Pedro Venceslau e Marianna Holanda

‘Quase apanhei até das mulheres ao defender cotas em empresas’, diz dona do Magazine Luiza

Na sede paulistana do Magazine Luiza, oitava maior empresa brasileira do setor varejista, não há paredes, nenhum homem vai trabalhar de gravata, e bermudas até o joelho são liberadas.

[\(BBC Brasil, 20/03/2018 - acesse no site de origem\)](#)

De uma sala de vidro no meio do escritório, a executiva Luiza Helena Trajano acompanha o vai e vem dos funcionários e os chama em voz alta pelo nome quando tem algo a resolver.

Engajada em campanhas contra a violência doméstica e o assédio sexual na empresa, Luiza conta em entrevista à BBC Brasil que “quase apanhou” de colegas executivas quando começou a defender publicamente cotas para mulheres nos conselhos de administração de companhias.

“As próprias mulheres me falavam que o critério para a ascensão deveria ser a meritocracia. E eu dizia: ‘Então espere 110 anos’”, afirma.

Após liderar o Magazine Luiza por 25 anos, período em que a empresa familiar se tornou uma potência do setor, ela passou o bastão em 2016 ao filho Frederico Trajano, novo diretor-superintendente (CEO) da companhia.

Luiza permanece à frente do conselho de administração do grupo e hoje lidera o movimento Mulheres do Brasil, que busca ampliar a presença feminina em espaços de poder.

Mesmo após se expandir por todo o Brasil, a empresa nascida em 1957 em Franca (SP) mantém ares interioranos. Placas de ruas da cidade foram espalhadas pelo escritório em São Paulo, à beira do rio Tietê, e na parede uma citação do viajante francês Auguste de Saint Hilaire (1779-1853) menciona o “aprazível descampado, em meio a extensas pastagens salpicadas de tufo de árvores” onde Franca foi fundada, no nordeste paulista.

Confira os principais trechos da entrevista.

BBC Brasil - Como avalia o cenário no Brasil hoje?

Luiza Helena Trajano - Desde que assumi a superintendência do Magazine Luiza, em 1990, vivi várias crises. Antigamente, um país espirrava lá atrás e a gente ia para a UTI. O que aconteceu agora foi uma crise econômica e política muito duradoura.

Foi muito difícil. Mas somos um país que tem um consumo muito bom - as pessoas gostam de ter casa bonita, geladeira inox. Só 10% da população tem TV de tela grande, só 5% tem ar condicionado. Nosso potencial é muito grande.

E aconteceu uma coisa legal: os brasileiros procuraram pagar a dívida em vez de pegar mais. A inadimplência ficou sob controle. Antigamente a inadimplência crescia muito nas crises. Cresceu a maturidade do povo.



Trajano destaca o potencial de consumo no Brasil e mudanças no comportamento financeiro dos brasileiros (Foto: Fabio Rodrigues Pozzebom/Ag. Brasil)

BBC Brasil - A crise está superada?

Luiza Trajano - Acho que agora o mercado brasileiro não está mais misturando tanto economia e política. Você vê notícias bombásticas de presidente, mas o dólar não sobe tanto, a bolsa não cai tanto. Começou a separar. Países maduros fazem isso.

Sinto que o crescimento do PIB, a estabilidade da moeda, o trabalho feito no Ministério da Fazenda, nos deram fôlego. Você sente a luz no fim do túnel.

BBC Brasil - Esse cenário está consolidado mesmo com a perspectiva de uma mudança no governo após as eleições?

Luiza Trajano - Está mais consolidado. De repente pode ter uma bomba que atrapalhe. Mas a eleição não está mexendo tanto com o povo, parece que o povo não está muito preocupado com isso.

BBC Brasil - Alguns jornais noticiaram que a senhora era uma das signatárias do movimento Brasil 200, capitaneado pelo empresário Flávio Rocha, da Riachuelo (o movimento prega bandeiras liberais na

economia e conservadoras nos costumes). Mas seu nome não consta no site do movimento. A senhora apoia o movimento?

Luiza Trajano - Gosto muito do Flávio, participei do IDV (Instituto para Desenvolvimento do Varejo) com ele por muito tempo. Sei que ele tem uma política de liberdade, de mercado, e acho essa política muito boa. Mas, como sou do movimento Mulheres do Brasil, tenho de ser muito apartidária.

BBC Brasil - A senhora tem alguma preferência entre os candidatos que anunciaram intenção de concorrer à Presidência?

Luiza Trajano - Primeiro precisa definir quem são os candidatos.

BBC Brasil - A senhora teria uma simpatia especial por uma candidatura do Flávio Rocha?

Luiza Trajano - Eu tenho uma amizade especial com o Flávio.

BBC Brasil - Como o governo Temer será lembrado?

Luiza Trajano - Foi positivo ele ter aprovado algumas medidas antipopulares, necessárias para o próprio povo, como a Reforma Trabalhista. Havia muita burocracia, muita amarração. Ele vai ser lembrado por ter feito isso. Por outro lado, não foi um governo eleito pelo povo, né? Por isso a rejeição dele.

BBC Brasil - Acha que a presidente Dilma Rousseff sofreu um impeachment ou um golpe?

Luiza Trajano - Prefiro não entrar nisso.

BBC Brasil - A senhora mantém a amizade, conversa com a ex-presidente Dilma?

Luiza Trajano - Não converso com ela, porque não a vejo. Ela me chamou para ser ministra, porque sou uma voluntária da causa da pequena e média empresa (o convite foi recusado). Sempre a achei uma pessoa bem honesta, bem direita, e sempre falei pra ela algumas coisas, porque ela me ouvia. Sou amiga da Dilma como sou do (Geraldo) Alckmin. Por ela ser mulher, talvez

tivesse mais acesso.

BBC Brasil - Como a senhora se define politicamente? Está mais à direita ou à esquerda?

Luiza Trajano - Não sou nem esquerda nem direita. Transito muito no interior do Brasil. Sei o que não é ter água, sei como a Bolsa Família foi importante, assim como sei como o livre mercado é bom também.

Uma proposta pode ser boa vinda da esquerda ou da direita. A nova lei trabalhista, por exemplo, tenho certeza de que não prejudicou o trabalhador, de jeito nenhum. Há dez anos estudo essa lei trabalhista. Ela é a democracia da vontade.

O funcionário trabalhava domingo e era obrigado a tirar dois dias de folga na próxima semana. Fui totalmente a favor dessa medida - que nem chamo reforma, porque continua tudo igual, mas deu muito mais diálogo.



Luiza Trajano e Dilma Rousseff em foto de 2013; a empresária diz considerar a ex-presidente 'uma pessoa bem honesta' (Foto: Fabio Rodrigues Pozzebom/Ag. Brasil)

BBC Brasil - A reforma foi bem recebida entre os trabalhadores do Magazine Luiza?

Luiza Trajano - Sim, porque não mudou nada. Antes, se uma loja nossa no interior quisesse abrir no domingo porque era vantajoso para os funcionários, ela não poderia abrir se o sindicato não deixasse, mesmo com 100% de assinaturas dos funcionários.

Valorizo muito os sindicatos, mas acho que tem que ter negociação, um diálogo maduro entre empregado e patrão. Hoje ninguém é bobo, o empregado sabe muito bem seus direitos.

Todos os direitos continuaram - 13º, férias, jornada de 40 horas semanais. Trabalhou domingo, tem de ter dois dias de folga, só que podem negociar de uma maneira menos engessada.

(Presidente da União Geral dos Trabalhadores - principal central que representa funcionários de empresas varejistas - Ricardo Patah contesta a fala de Luiza. Ele diz que funcionários do Magazine Luiza e outras empresas do ramo têm expressado à central preocupação com a nova legislação. Para ele, a Reforma Trabalhista prejudicou trabalhadores e pôs em xeque conquistas negociadas entre sindicatos e companhias nos últimos anos.)

BBC Brasil - Sindicatos dizem que os funcionários estão mais vulneráveis, e há críticas à perspectiva de que as empresas passem cada vez mais a tratar funcionários como empreendedores associados - modelo do Uber, por exemplo.

Luiza Trajano - Isso não me preocupa. Na empresa, nós tratamos os funcionários como se fossem donos. Todos ganham conforme o lucro da empresa. No ano passado, como tivemos um ano bom, todos ganharam uma premiação pelo resultado. E como foi muito bom, meu filho deu um cartão de R\$ 200 para todo mundo, que não era nem previsto.

Eles participam das decisões, têm um canal aberto comigo para denunciar o que não está legal. Devem cumprir os nossos princípios de transparência e honestidade. São muito cobrados, e, se não seguirem essas regras, vão embora por justa causa.

BBC Brasil - Como vocês têm lidado na empresa com o assédio e a violência contra a mulher?

Luiza Trajano - Já tínhamos trabalhado bastante com deficiência física e igualdade racial na empresa. Tínhamos cotas. Hoje nem precisamos mais. Temos muitos líderes e trainees negros.

Mas nunca tinha tratado da violência contra a mulher, porque achei que isso estivesse muito longe de nós, que é o que todo mundo acha. De repente fui pega por uma funcionária de 37 anos que foi morta à noite pelo marido a canivetadas. Ele também se matou, deixou um filho de nove anos.

Criei com o RH um disque-denúncia, chamamos promotoras, juízas, as ONGs que trabalham com isso. Montamos um comitê para fazer com que pessoas conversassem sobre isso, para criar um boletim para meus colegas presidentes de empresas e sugerir políticas públicas.

A violência começa com o assédio. Nossa empresa é carinhosa, a gente abraça, beija. Mas assédio sexual é inegociável. Fiz uma pesquisa interna com os 18 mil funcionários para saber o que era assédio, o que a pessoa não queria na sua unidade. É muito difícil definir, porque o que é assédio para mim talvez não seja para você. Ainda estamos num processo educativo. O homem foi acostumado a dar cantada e agora vai ter de mudar.

BBC Brasil - Já houve algum impacto?

Luiza Trajano - Na questão da violência, notamos muito. Graças a Deus não tivemos mais nenhum caso. E houve quase 80 denúncias. Evitamos muita morte.

Temos trabalhado com homens depressivos também, preventivamente. Falamos que, se não estiverem bem, temos psicólogo para dar cobertura. Geralmente, eles separam, começam a ficar depressivos e de repente podem fazer qualquer bobagem com a mulher.

É gozado que muitos que estão denunciando são homens que veem uma mulher machucada. Eles nos procuram e dizem: “nessa loja tem uma pessoa que não está legal”. Os homens estão nos ajudando.

BBC Brasil - E o programa contra o assédio? Tem dado resultados?

Luiza Trajano - Começamos há um mês. Os líderes foram obrigados a conversar com a equipe sobre o que era assédio sexual e moral. Tem gente que não quer que chamem sua atenção na frente dos outros, outros não querem ser tocados. A primeira fase é de mobilização.

Brincadeira é uma coisa que ficou muito séria. Já falamos para parar qualquer tipo de brincadeira. É legal que até pessoas maduras, que brincavam com derrota de time de futebol, estão decidindo não brincar mais.

BBC Brasil - Como responde a quem diz que há exagero em limitar as brincadeiras e que existe uma “ditadura do politicamente correto”?

Luiza Trajano - É isso o que eu não quis. Não quis nem exagero, nem fechar os olhos. Por isso fizemos uma consulta de baixo para cima para saber o que o grupo não queria.

BBC Brasil - Os chefes estão se sentindo acuados?

Luiza Trajano - Não. Trabalhei muito para dizer que a primeira coisa que temos de fazer é um perdão, entender que isso (assédio) se fazia porque era costume. Fui para a TV Luiza (canal interno da empresa) dizer que ninguém vai ser mandado embora, a não ser que tenha feito algo muito grave.

Ninguém vai ser mandado embora por trazer isso à tona. A partir do momento que trouxer, tem que se respeitar. Faremos um processo educativo até dizer: é proibido, acabou. Se não parar, vai ser mandado embora.

BBC Brasil - Sua defesa de cotas para mulheres e minorias em empresas enfrenta resistência entre colegas executivos?

Luiza Trajano - Acho que já houve mais resistência. Hoje a diversidade e o propósito de uma empresa são cobrados pelo próprio cliente. Acho que eles entendem mais isso hoje.

Quando comecei a falar em cotas, quase apanhei, até das próprias mulheres. O movimento Mulheres do Brasil levou ao Congresso um projeto de lei que institui cotas para mulheres em conselhos de administração de empresas públicas. Foi aprovado no Senado e agora vai passar pela Câmara.

Temos 7% de mulheres nos conselhos de empresas com ações na bolsa. Se eu e as filhas de donos de empresas não formos contadas, o índice cai para 2%. Vamos levar 110 anos para igualar a presença masculina. As próprias mulheres (executivas) me falavam que o critério para a ascensão deveria ser meritocracia. E eu dizia: “Então espere 110 anos”.

É uma luta que não é por mim, é para minhas colegas executivas que, quando chegam num ponto da carreira, não são chamadas para os conselhos, enquanto os homens são.

BBC Brasil - Muitos apontam sua trajetória como um exemplo de meritocracia.

Luiza Trajano - Não sou contra a meritocracia, pelo contrário. Só que existem limitantes que fazem com que mulheres não cheguem ao conselho. Conheço mais de cem mulheres que poderiam ir para conselhos.

Você não ser lembrada não é meritocracia. Agora, estar lá só porque é mulher, também não. A cota faz lembrar. Ninguém fica num lugar se não tiver competência.

Fórum sobre Ações Afirmativas e Cotas Raciais na Universidade - Rio de Janeiro/RJ, 09/03/2018

Acontece no dia 9 de março de 2018, no IFCS, Rio de Janeiro, a segunda reunião do Fórum sobre Ações Afirmativas e Cotas Raciais na Universidade: análises, experiências e perspectivas.

A iniciativa é de Criola e Nubea/UFRJ, integra a agenda dos 21 Dias de Ativismo contra o Racismo, e pretende mapear profissionais e estudantes que

trabalhem/escrevam e estudem políticas afirmativas com foco em cotas raciais no ingresso e permanência nas universidades na graduação e pós-graduação.

O fórum pretende construir uma resistência criativa e participativa diante do conservadorismo que assola o país.

O evento será das 9h às 18h e o IFCS fica no [Largo de São Francisco de Paula, nº 1, Centro, RJ](#). Venha debater com a gente.

Inscrições através do [link](#).

2ª REUNIÃO

Fórum sobre Ações Afirmativas e Cotas Raciais nas Universidades: análises, experiências e perspectivas.



09.03.2018 - IFCS/UFRJ (sala 106) - das 9h às 18h
Largo de São Francisco de Paula, 1 - Centro - RJ



Cotas para candidatas mulheres não bastam, indica pesquisa

Enquanto a [Justiça Eleitoral aperta o cerco](#) contra o descumprimento da cota obrigatória de 30% de candidatas em cada coligação, pesquisas recentes indicam que esse sistema é falho e pode até atrapalhar o acesso feminino à política.

[\(Folha de S.Paulo, 26/09/2017 - acesse no site de origem\)](#)

Equilibrar o jogo requer expor o eleitorado a mais mulheres eleitas, que [tenham recursos para implantar boas políticas](#), defende o professor da Fundação Getúlio Vargas (FGV-SP) Paulo Arvate.

Em parceria com Renan Pieri, também da FGV, e Sérgio Firpo, do Insper, Arvate acaba de publicar estudo sobre o impacto, em eleições seguintes, da vitória de candidatas a prefeita nos pleitos de 2000, 2004, 2008 e 2012.

Um dos resultados foi que cidades que elegeram mulheres sem nível superior de escolaridade deram menos votos a candidatas à prefeitura nas eleições seguintes, em comparação com as que elegeram prefeitos homens de mesma escolaridade.

“Não adianta apenas criar cotas e preenchê-las com candidatas sem preparo nem apoio do partido”, diz Firpo.

Já quando as prefeitas tinham nível superior, houve aumento significativo de votos em deputadas federais e vereadoras, comparando-se com cidades governadas por homens mais escolarizados.

Isso só ocorreu, porém, nos municípios que tinham porcentagem de vereadoras acima da média brasileira. Os economistas avaliaram casos de disputa acirrada entre homem e mulher, para descartar municípios com preferência clara por um dos gêneros.

“O que ocorre no Brasil é uma falsa imagem sobre a capacidade da mulher na política, um estereótipo, cuja origem é falta de informação”, afirma Arvate.

“Essa opinião muda quando o eleitor é exposto a boas políticas.”

Os números mostram que a reserva para candidatas não se traduziu na proporção de eleitas. Em 2016, mulheres foram 13,5% dos vereadores eleitos. Na Câmara, a fatia cai para 9,94% —a combinação das imagens dos 513 deputados federais em exercício em setembro deste ano mostra que [o rosto da Câmara é branco e masculino](#). O Brasil ocupa a 153ª posição entre 193 países em relação à presença de mulheres parlamentares.

Em levantamento feito pela ONU Mulheres em 33 países de América Latina e Caribe, a situação do país só não está pior que Belize, diz a representante da entidade no Brasil, Nadine Gasman.

Segundo ela, as cotas estão entre instrumentos que levaram a avanço rápido em outros países, mas não deram resultado na política brasileira. “Como na medicina, se o paciente não reage com um tratamento, é preciso adotar uma intervenção mais forte.”

Um desses remédios mais fortes seria reservar uma porcentagem de assentos para mulheres nos Legislativos e em cargos do Executivo.

CRISE DOS MEDIÓCRES

A reservar de vagas no Poder Legislativo é mais eficiente para combater a “crise dos medíocres”, diz Paulo Arvate, da FGV-SP.

O termo foi cunhado pelos pesquisadores Timothy Besley, Olle Folke, Torsten Persson e Johanna Rickne em estudo publicado pela London School of Economics (LSE).

Eles argumentam que líderes políticos homens tendem a atrair para seus partidos políticos fracos, que não os ameacem. Quando se torna obrigatório dar espaço às mulheres, cresce a competição masculina pelas vagas que restaram, elevando a qualidade dos vencedores, dizem eles.

“No debate sobre cotas, há quem argumente que elas não funcionam porque

não há oferta de boas candidatas mulheres. Com isso, o efeito seria apenas o de trocar bons candidatos homens por candidatas mulheres fracas. Nosso trabalho, baseado em evidências, mostra que ocorre o contrário: cotas para mulheres podem elevar a competência dos candidatos em geral, ao deslocar para fora homens menos qualificados.”

Arvate ressalta que países com cotas de assentos no Legislativo para mulheres, como os escandinavos, a Índia e a Argentina, têm mais participação política feminina.

MELHORES POLÍTICAS

Para Firpo, para ter impacto positivo essa reserva de vagas precisa ser seguida por boas políticas: “O eleitor não pode achar que há caridade, que as cotas implicam menos capacidade das mulheres”.

A pesquisa recém-publicada por Firpo e Arvate mostra que mulheres que venceram disputas acirradas para prefeituras têm nível de escolaridade maior que o dos concorrentes homens.

Em geral, elas também implantam melhores políticas públicas, indica estudo feito pela economista Fernanda Brollo, da Universidade de Warwick (Reino Unido).

Com base nos eleitos em 2000 e 2004, ela mostra que prefeitas implantam mais políticas sociais, conseguem transferência maior de recursos federais e sofrem menos processos por fraudes ou improbidade administrativa.

ALÉM DAS COTAS

O ideal, segundo especialistas ouvidos pela Folha, é que os partidos permitam igualdade nas condições internas de disputa. “[Sem dinheiro](#) e tempo de TV nem homens são eleitos”, diz Karina Kufa, professora do Instituto de Direito Público de São Paulo e advogada eleitoral.

Outra mudança necessária, segundo os pesquisadores, é forçar os partidos a terem mulheres na direção.

“Os caciques dos partidos, homens brancos de 65 anos, destinam o

financiamento sempre a seu próprio grupo, perpetuando a situação”, diz Ligia Sica, coordenadora do Núcleo de Direito, Gênero e Diversidade da FGV.

Brollo aponta que, para superar essa desvantagem feminina, é preciso tornar os partidos mais abertos e democráticos internamente.

“A principal barreira é que mulheres não entram em contato com as redes políticas que já existem, então tem muito de um saber fazer política e campanha que elas não estão inseridas”, avalia Marina Merlo, que pesquisa na Universidade de São Paulo a trajetória das vereadoras eleitas em São Paulo.

“Perto das eleições, há campanhas para filiação e candidaturas de mulheres e líderes comunitários. Essas pessoas não têm estrutura para se eleger individualmente, mas carregam votos para a legenda, ajudando a eleger as elites do partido”, diz Firpo.

AS SUGESTÕES DOS ESPECIALISTAS

Dentro dos partidos

- Estabelecer cota de 30% (há propostas de 50%) de mulheres para cargos de direção
- Aumentar de 30% para 50% a cota para candidatas mulheres nas coligações e partidos
- Adotar regras claras para a escolha de candidatos, com eleições internas e candidaturas reais
- Tornar obrigatória distribuição proporcional entre gêneros de verbas e tempo de propaganda

Fundo partidário

- Aumentar de 5% para 30% o percentual obrigatoriamente reservado à participação feminina
- Adotar peso 3 para os votos dados a mulheres na regra usada para dividir o fundo partidário entre os partidos

Regras eleitorais

- Diminuir número máximo de candidatos por coligação para reduzir gastos e evitar pulverização de candidaturas
- Para os candidatos que são eleitos sem votos próprios, puxados pelo coeficiente partidário, estabelecer alternância entre homem e mulher, sem prejuízo à vaga conquistada pelo partido
- Adotar modelo de lista de candidatos pré-determinada pelo partido com paridade de gênero, alternando candidato homem e mulher

Propaganda eleitoral

- Aumentar para 30% o tempo mínimo que os partidos devem dedicar à promoção da participação feminina
- Utilizar tempo de rádio e TV cassado de partidos por descumprimento de regras para incentivar a participação de mulheres

Poder Legislativo

- A PEC 134/2015 reserva assentos para mulheres nos Legislativos em proporção crescente, de 10% a 16%, nas três eleições seguintes à aprovação (especialistas consideram a porcentagem insuficiente). Aprovada no Senado, aguarda votação no plenário da Câmara desde o ano passado.
- A PEC 23/2015 reserva 30% das vagas no Legislativo para mulheres. Aguarda votação em comissão do Senado desde 2015

Poder Executivo

- Estabelecer cota de 30% para participação de mulheres em cargos de primeiro escalão do Poder Executivo

Educação

- Capacitar mulheres para concorrer
 - Informar a população sobre a lei eleitoral e as formas de alterá-la
-

UFRGS cria comissão para avaliar traços físicos de candidatos que se declaram negros ou pardos

Objetivo é combater fraudes contra sistema de cotas raciais na universidade

[\(O Globo, 26/09/2017 - acesse no site de origem\)](#)

A Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) aprovou a criação de uma comissão que vai verificar autodeclarações raciais para reserva de vagas em processos seletivos dos cursos de graduação. A iniciativa do Conselho Universitário atende às demandas dos movimentos sociais em razão de fraudes no sistema de cotas e visa homologar o ingresso de pretos, pardos e indígenas no Programa de Ações Afirmativas.

As alterações nas políticas da instituição, aprovadas na última sexta-feira, entrarão em vigor na próxima seleção, tanto pelo vestibular quanto pelo SiSU, ambos com ingresso em 2018, ainda sem data de divulgação. Outra mudança da universidade sobre a política de ações afirmativas determina que 25% das vagas sejam destinadas a pessoas com deficiência. Essas normas seguem a Lei de Cotas, aprovada durante o governo de Dilma Rousseff.

Para os candidatos autodeclarados pretos ou pardos, a verificação será feita presencialmente, silenciosamente e diante de membros da Comissão Permanente de Verificação das Autodeclarações. “Além de cor da pele, serão consideradas outras características fenotípicas, como tipo de cabelo, formato do nariz e dos lábios”, indicou a universidade.

No caso dos indígenas, porém, não haverá verificação de fenótipo. A comprovação será feita por meio de documentos com validação das lideranças da comunidade de origem ou das instituições da área.

A comissão será formada por meio de candidaturas. A seleção levará em

conta critérios como diversidade de gênero, de cor, de naturalidade, de aderência à Política de Ações Afirmativas, expertise na área das relações étnicorraciais e representatividade nos movimentos sociais. Também será garantida a indicação de integrantes do movimento negro.

A UFRGS divulgou ainda uma pesquisa realizada por uma rede de universidades federais com o objetivo de avaliar o desenvolvimento das políticas de ações afirmativas nas instituições de ensino superior. Para participar da Pesquisa Trajetórias de Cotistas, pessoas que tenham ingressado no curso superior por meio da reserva de vagas podem responder um [formulário](#) online.

Essa não é a primeira vez que uma universidade adota política para evitar fraudes em processos seletivos. Em julho, a [Universidade Estadual Paulista \(Unesp\)](#) também divulgou que deve verificar as declarações de candidatos pretos e pardos que ingressarem na faculdade por meio do sistema de cotas raciais. E em março, a Comissão de Aferição da Autodeclaração de Cor e Etnia da [Universidade Federal Fluminense \(UFF\)](#) concluiu que 113 candidatos, entre os 198 que concorriam a uma vaga no vestibular por meio de cotas raciais e que foram convocados para entrevista presencial, não correspondiam aos critérios da reserva de vagas.

Cotas na USP: o desafio agora é garantir a permanência dos alunos

A aprovação da ação afirmativa pelo Conselho Universitário representa uma importante conquista, mas ainda não é suficiente, diz professor

[\(CartaCapital, 06/07/2017 - acesse no site de origem\)](#)

Ao contrário do que previa o texto enviado para votação no Conselho Universitário da USP (CO), instância máxima de deliberação da universidade, foi aprovado na terça-feira 4 a reserva das vagas para alunos de escolas públicas e autodeclarados pretos, pardos ou indígenas. Pela primeira vez na história, a universidade adota a política de cotas no seu vestibular tradicional, a Fuvest.

A proposta foi apresentada pelo Núcleo de Consciência Negra da USP e protocolada pelo Conselho de Graduação no dia 18 de maio. O documento original enviado pelo núcleo seguia a lei de cotas de 2012, que reserva 50% das vagas para alunos de escolas públicas e destas, 37,5% para candidatos autodeclarados pretos pardos e indígenas (PPI), índice equivalente a proporção deste grupo no estado de São Paulo segundo o IBGE.

Negada pelo CoG, foi protocolada e enviada para votação apenas as cotas sociais, que não levavam em consideração o perfil étnico-racial e socioeconômico dos candidatos.

Em resposta, cerca de 300 professores da USP realizaram um abaixo assinado pedindo que as cotas raciais também fossem votadas durante a reunião. Os docentes consideravam a proposta insuficiente. “As cotas somente para escolas públicas não bastam para garantir que a Universidade alcance a meta da composição étnico-racial da população”, afirma os signatários do abaixo-assinado.

Após pressão dos professores e representantes discentes presentes no Conselho e do cientista político André Singer, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), para a inclusão das cotas raciais no pleito, o reitor Marco Antonio Zago adicionou à proposta a reserva de vagas para os candidatos PPI, que foi aprovada ao término da reunião com 75 votos a favor, oito contrários e nove abstenções.



Segundo professor, a medida é apenas um ‘tapa buracos’ que não leva em conta as reivindicações dos movimentos sociais (Foto: Reprodução)

O professor Dennis Oliveira, da [Escola de Comunicações e Artes](#) (ECA), uma

das primeiras a aprovar as cotas raciais por meio do Sisu, considera que a medida sem o recorte racial serviria apenas como um “tapa-buraco de pouco impacto” inspirado em “demagogia”.

Surpreso com as mudanças no rumo da votação, Oliveira afirma que a conquista é uma vitória no movimento negro e não uma flexibilização dos membros do conselho, que possuem “perfil conservador”. “A condição vergonhosa de ser a única estadual sem cotas e o crescente movimento dentro das congregações dos institutos da universidade criou muita pressão.”

A medida, no entanto, não é suficiente, diz o professor. Ele afirma que as cotas raciais são apenas o começo, pois serão necessários investimentos em políticas de permanência. “As cotas possuem o aspecto principal de democratização do acesso à universidade, mas também de transformação do ambiente. A medida que recebe esse novo perfil de alunos agora terá de investir em políticas de permanência para que eles possam concluir o ensino superior.”

Outro aspecto relevante para a confirmação da política de acesso destes estudantes é, segundo Oliveira, a abertura de cotas para outras etapas do acesso à USP, como nos concursos para docentes, funcionários e os cursos de pós graduação, como o mestrado e o doutorado. “A USP forma mas não contrata e não dá continuidade no processo de aprendizagem”, denuncia.

Em nota, o reitor Marco Antonio Zago considerou a decisão algo “histórico”. Para ele, a liderança e a visibilidade que a USP tem torna o momento emblemático. “Representa uma universidade assumir que a inclusão social é uma questão importantes do ponto de vista da nossa sociedade”, diz.

As mudanças no sistema de ingresso serão escalonadas. No processo seletivo que ocorrerá no fim deste ano serão reservadas 37% das vagas em cada unidade de ensino e pesquisa. No ano seguinte seriam 40%, seguido de 45% em 2020. Somente em 2021 a metade das vagas de graduação oferecidas pelo vestibular comum serão preenchidas por cotistas.

Até então, a USP era a única estadual paulista a não adotar cotas no seu principal sistema de ingresso. A pioneira foi a Universidade Estadual Paulista

(UNESP), que adotou o sistema em 2013.

A [Universidade Estadual de Campinas](#) (Unicamp) aprovou no dia 30 de maio a adoção 50% de cotas para alunos oriundos da rede pública e 37,5% destes são reservados a candidatos autodeclarados pretos, pardos e indígenas. A nova política passa a valer a partir do processo seletivo para 2019.

As vagas reservadas levarão em consideração os dois processos de ingresso da universidade, a Fuvest e o Sisu. Em 2018, o primeiro ano em que medida estará vigente, serão oferecidas 11.147 vagas de graduação. Deste total, serão 8402 destinadas a Fuvest e 2745 para os alunos aprovados por meio do Sisu, um aumento de 407 vagas em relação a 2017.

A adição reserva de vagas por meio da cotas raciais e sociais coloca USP como a universidade com uma das principais políticas de inclusão do País por possuir, além das cotas, sistemas de bonificação para os candidatos do vestibular.

As ações afirmativas dentro da universidade começaram em 2006 quando foi implementado o [Programa de Inclusão Social da USP](#) (Inclusp), que consiste em um sistema de bônus no vestibular destinado a alunos oriundos de escolas públicas.



A medida começou a valer no processo seletivo de 2007, quando os alunos que haviam estudado integralmente em escolas públicas tinham o acréscimo de 3% de pontos em todas as fases do vestibular. Em 2017, o cenário se modificou. Os alunos que estudaram o ensino médio e fundamental em escolas públicas obtêm aumento de 15% na pontuação, enquanto aqueles que prestaram somente o ensino médio possuem um bônus de 12%.

A segunda ação afirmativa ocorre apenas em 2012, quando a reitoria instituiu também o Programa de Avaliação Seriada da USP (Pasusp), que é voltado para alunos da rede pública ainda matriculados no ensino médio.

Nesta modalidade, o alunos que cursaram o ensino fundamental e médio em escolas da rede pública ganham um aumento de 15% na nota das duas fases

do vestibular, com a possibilidade de acréscimo de 5% para aqueles que prestaram o vestibular como treineiros no ano anterior e foram aprovados na primeira fase.

Tanto no Inclusp como no Pasusp, os candidatos PPI recebem ainda mais 5% em cima dessas bonificações. Hoje, o acréscimo na pontuação dos candidatos pode chegar até 25%.

Em 2006, antes do início da aplicação do bônus, o número de ingressantes pretos, pardos ou indígenas somava 12,4%, enquanto aqueles vindos da rede pública era de 24,7%. Em 2017, o número de ingressantes PPI aumentou em 55%, e dos estudantes das escolas públicas em 49%.



Além dos sistemas de bonificação, o Conselho Universitário (CO) aprovou também em junho de 2015 a adesão experimental do Sisu, juntamente com suas propostas de cotas raciais e sociais como uma forma de ingresso na USP. Por meio da congregação da faculdade, os institutos deliberam se aceitam ou não o ingresso de alunos por meio da nota do Enem, utilizada no Sisu.

Do total direcionado, as unidades também podem escolher qual o tipo de concorrência. Em 2017, das 2338 vagas oferecidas via Sisu, 597 foram para ampla concorrência, 1155 para estudantes que cursaram integralmente o ensino médio em escola públicas e 586 para alunos oriundos de escolas públicas que se autodeclararam pretos, pardos e indígenas.

No primeiro ano, 85 dos 143 cursos de graduação decidiram aderir ao Enem. Depois disso, o número de vagas destinadas ao Sisu cresceu em 57%. No vestibular 2018, 42 unidades de ensino e pesquisa participarão do sistema.

A adesão mais recente é a da Faculdade de Medicina (FMUSP), localizada no campus das Clínicas, em São Paulo. No último dia 30, a Congregação da faculdade reservou 50 (28,6%) vagas para o Sisu. Destas, 15 (8,6%) serão destinadas aos candidatos PPI.

Os alunos que serão contemplados com cotas sociais ou raciais por meio da

Fuvest ou do Sisu que possuem os pré-requisitos para participarem dos sistemas de bonificação Includsp e Pasusp manterão os bônus independente da reservas de vagas.

Victória Damasceno

Medicina da USP aprova cotas raciais; decisão será apreciada por conselho

A Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (FMUSP) vai adotar parcialmente o Sistema de Seleção Unificada (Sisu) para o ingresso de estudantes. Com isso, a nota do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) será utilizada para selecionar estudantes oriundos de escolas públicas. O exame da Fundação Universitária para o Vestibular (Fuvest), no entanto, continuará sendo aplicado. A decisão ainda passará pelo Conselho Universitário (Consu). A expectativa da faculdade é que a mudança passe a valer no próximo vestibular, em 2018.

[\(Agência Brasil, 03/07/2017 - acesse no site de origem\)](#)

A medida aprovada pela congregação da FMUSP prevê que, das 175 vagas do curso de medicina, 50 serão selecionadas via Sisu. Desse total, dez serão reservadas para ampla concorrência; 15 para estudantes da rede pública que se autodeclararem pretos, pardos e indígenas (PPI); e 25 vagas para candidatos que tenham feito o ensino médio em escola pública.

Leia mais:

[Cota racial é 'fundamental', dizem estudantes negros da medicina da USP \(G1, 04/07/2017\)](#)

[Professores da USP fazem abaixo-assinado por cotas raciais, por Mônica](#)

[Bergamo \(Folha de S.Paulo, 04/07/2017\)](#)

As outras 125 vagas serão preenchidas por meio da prova da Fuvest, sendo que os estudantes oriundos de escolas públicas que fizerem o exame poderão acessar bônus do Programa de Inclusão Social da USP (Inclusp). O bônus é de 15% nesses casos. Os que se autodeclararem pretos, pardos ou indígenas recebem bônus adicional de 5%.

“A adoção do Sisu é uma forma de propiciar maior acesso de alunos de todo o Brasil aos cursos de graduação da Faculdade de Medicina da USP”, disse, em nota, o diretor da FMUSP, Jose Otavio Costa Auler Jr.

A medida foi comemorada pelos integrantes do Centro Acadêmico Oswaldo Cruz (Caoc). “Representa um primeiro passo para a democratização do acesso à universidade. A Faculdade de Medicina é um dos últimos cursos a aderir ao Sisu, mantendo-se um dos mais brancos e elitizados de toda a USP. Esperamos que, com essa vitória, esse panorama se altere e a FMUSP se pinte de povo”, diz nota da entidade.

No último dia 30 de maio, a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) aprovou a implementação de cotas sociais e raciais para o ingresso na universidade.

Outros cursos

A mudança também valerá para outros cursos da Faculdade de Medicina. Das 25 vagas ofertadas no curso de fisioterapia, três serão preenchidas por candidatos do Sisu que se autodeclararem pretos, pardos ou indígenas. O mesmo número será adotado na terapia ocupacional, sendo que das três vagas, uma será reservada para aluno que se autodeclarar preto, pardo ou indígena. Na fonoaudiologia, a reserva será de cinco vagas, sendo três para candidatos de escolas públicas e duas para alunos de escolas públicas que se autodeclararem pretos, pardos ou indígenas.

Ludmilla Souza com colaboração de Camila Maciel; Edição: Lílían Beraldo